

MILITARIZAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: CONSOLIDAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS NACIONAL

Fernando Cássio

Universidade de São Paulo | Faculdade de Educação

fernandocassio@usp.br

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A militarização escolar é frequentemente associada ao ascenso no país de grupos políticos conservadores em governos municipais, estaduais e, finalmente – com Jair Bolsonaro –, à Presidência da República. Apesar da correlação observável entre a eleição de governos conservadores e a expansão de programas de militarização escolar, a simpatia pela incorporação de métodos de disciplinamento corporal em escolas se espalha para além do espectro político mais tradicionalmente associado à ideologia militarista. Na última década, concomitantemente à forte expansão da militarização de escolas em estados com governos conservadores, a exemplo de Amazonas, Goiás e Paraná, governos com perfis progressistas também implantaram extensos programas de militarização em estados como Bahia e Maranhão.

Analizado em nível municipal, o fenômeno ganha contornos mais complexos, em vista das múltiplas formas de organização administrativa e processos políticos que envolvem relações federativas horizontais (município-município), mediadas por autoridades para a difusão regional de programas de militarização escolar; e também verticais (estado-município), em programas induzidos por corporações militares estaduais. Assim, parte-se da hipótese de que a militarização escolar tem um acentuado caráter municipalista, até aqui pouco destacado na literatura.

A militarização abrange programas estaduais concentrados, induzidos em municípios, programas municipais próprios e iniciativas pontuais, regidos por leis, decretos, portarias, resoluções e acordos de cooperação, com formas diversificadas de contratação e remuneração de militares. Abrangeu também o desenvolvimento e a implementação, entre 2019 e 2023, do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares

(Pecim), estruturado a partir do MEC e do Ministério da Defesa. Além da participação das Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica) e Auxiliares (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, polícias rodoviárias), também vem crescendo o número de escolas em cogestão com organizações da segurança pública não militares (p. ex.: guardas municipais), com práticas idênticas às das escolas militarizadas. Os processos da gestão escolar “compartilhada” entre civis e militares, por sua vez, também variam da ascendência total da gestão militar sobre a pedagógica até uma gestão eminentemente pedagógica com participação localizada de militares em ações de contenção disciplinar e rotinas de ordem unida.

Os discursos pró-militarização arvoram-se na alegação de que a presença de militares nas escolas elevaria os indicadores educacionais. Devido à falta de um mapeamento consistente da militarização no país, esse argumento ainda não foi testado com o devido rigor. A ausência de dados sistematizados também vem inviabilizando estudos sobre o financiamento das escolas militarizadas e os impactos da militarização no funcionamento das redes escolares, sobretudo municipais.

A maior parte da produção acadêmica sobre militarização escolar no Brasil concentra-se em três frentes: 1) análises focalizadas na violação de direitos a partir da implantação de programas de militarização (p. ex.: Alves; Santos; Bordin, 2023); 2) impactos da militarização nas práticas escolares e no trabalho docente, tematizando o disciplinamento dos corpos e a liberdade de cátedra (p. ex.: Santos, 2021); e 3) processos políticos de implantação de programas, em estudos com recorte regional (p. ex.: Alves; Toschi; Ferreira, 2018; Brito; Rezende, 2019; Saraiva; Silva, 2023; Sena; Klaus, 2023). Mapeamentos com abrangência nacional (Santos, 2020; Veiga, 2020) contribuíram para o debate sobre a diferenciação entre escolas “militares” e “militarizadas”, mas não avançaram para além de 2020, quando a militarização recrudescceu no país. Assim, apesar da quantidade de trabalhos já publicados sobre a temática da militarização, as dimensões do fenômeno seguem pouco conhecidas. Em 2025, o número de escolas militarizadas no país atingiu patamar 320% maior que o de 2020.

São essas lacunas fundamentais no conhecimento disponível sobre os processos de militarização escolar que motivam esta pesquisa em andamento, cujo esforço inicial consiste no mapeamento sistemático das escolas de educação básica com atuação de

militares em funções administrativas ou pedagógicas no Brasil, afim de consolidar uma base de dados que incluía: escolas municipais, estaduais, privadas e comunitárias cívico-militares, de gestão compartilhada com corporações militares ou organizações civis com práticas militares (p. ex.: guardas municipais), participantes de programas de supervisão militar de atividades pedagógicas e outras formas de organização.

METODOLOGIA

As fontes principais do levantamento incluíram materiais disponíveis em portais da transparência, diários oficiais e folhas de pagamento de estados e municípios e, no âmbito da transparência passiva, informações solicitadas à administração pública via Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Até o momento, foram protocolados 457 pedidos de acesso à informação a governos estaduais, municipais e corporações militares (desde out. 2024). Como fontes complementares, foram consultados materiais de imprensa e disponíveis nas redes sociais, além de informações fornecidas por gestores escolares, sindicatos e colaboradores de pesquisa de várias partes do país.

A base de dados obtida contém: localização, nome e código Inep das escolas; ano de implantação da militarização (variável que orientará cruzamentos futuros com as bases do Inep); formas de contratação e remuneração dos militares (cargo comissionado, contrato temporário etc.); existência de processo seletivo e reserva de vagas para dependentes de militares; existência de programa de militarização estadual ou municipal. Cerca de 90% do *corpus* documental foi coletado e catalogado: leis/decretos de mudança de nome de escolas e de criação de programas/cargos; termos de cooperação/parceria; resoluções/deliberações de Conselhos de Educação; regimentos escolares; editais de processos seletivos. A sistematização dos resultados envolveu análise das frequências das variáveis da base e espacialização dos dados com *software* de análise cartográfica, gerando séries temporais da expansão da militarização.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Até o momento, o mapeamento confirmou a existência de 1.208 escolas com a presença de militares no país (94 militares e 1.114 militarizadas) (Tabela 1). Embora as

escolas militarizadas representem 0,75% das 148,2 mil escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio no Brasil (Inep, 2023), elas estão desigualmente distribuídas no território, de modo que muitos municípios do país possuem mais de 20% de sua rede de ensino militarizada, com municípios com 100% de rede militarizada. No Paraná, 19,4% da rede estadual é militarizada, implicando que vários municípios daquele estado possuem mais de 70% do Ensino Médio militarizado.

A partir da criação do Pecim pelo governo Bolsonaro, em 2019, redes políticas envolvendo autoridades públicas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) vinculadas a militares também passaram a atuar pela difusão dos programas de militarização em estados e municípios. A finalização do Pecim pelo governo Lula, em vez de estimular a desmilitarização, levou estados e municípios a criarem programas próprios e a ampliarem iniciativas existentes. Com efeito, a Figura 1 indica uma tendência de aumento da militarização de escolas estaduais e municipais a partir de 2023.

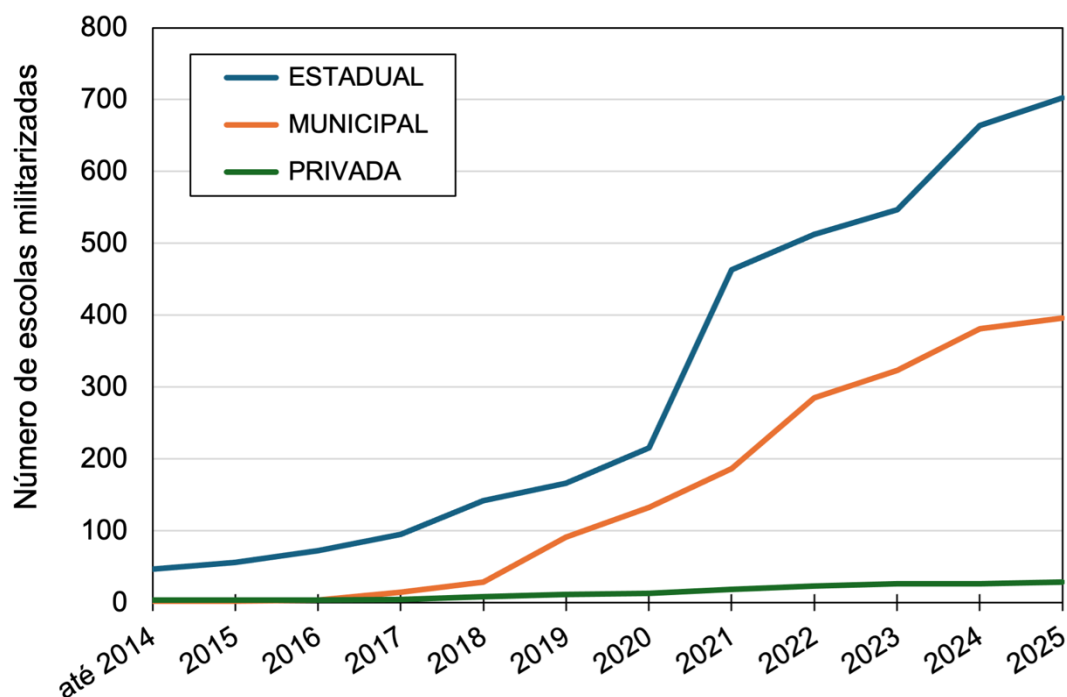


Figura 1. Evolução da militarização escolar no Brasil, por rede de ensino (jan. 2025).

Fonte: elaboração própria, a partir das múltiplas fontes consultadas na pesquisa.

Tabela 1. Escolas de educação básica com atuação de militares no Brasil (jan. 2025).

UF	MILITAR*		MILITARIZADA*			TOTAL POR UF
	ESTADUAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	
AC	0	0	10	0	0	10
AL	2	0	0	2	0	4
AM	0	1	39	10	0	50
AP	0	0	9	0	0	9
BA	0	1	16	109	1	127
CE	5	1	0	13	3	22
DF	3	1	16	0	1	21
ES	0	0	0	10	0	10
GO	0	0	83	49	0	132
MA	0	1	10	69	0	80
MG	30	3	9	23	1	66
MS	0	1	4	7	0	12
MT	0	0	60	3	0	63
PA	0	2	2	14	1	19
PB	1	0	0	3	1	5
PE	2	1	0	1	0	4
PI	0	0	1	5	2	8
PR	7	1	312	12	9	341
RJ	3	6	18	5	4	36
RN	0	0	0	9	0	9
RO	0	0	19	1	0	20
RR	1	0	33	0	0	34
RS	8	2	0	26	0	36
SC	7	0	16	10	0	33
SE	0	0	0	1	0	1
SP	0	4	0	5	2	11
TO	0	0	39	6	0	45
TOTAL GERAL	69	25	696	393	25	1.208

Fonte: elaboração própria, a partir das múltiplas fontes consultadas na pesquisa.

* Para fins deste levantamento, escola “militar” é aquela que é totalmente subordinada a uma corporação militar (desvinculada das Secretarias de Educação). Por complementaridade, uma escola “militarizada” é vinculada e responde administrativamente em algum grau às Secretarias da Educação.

O mapeamento realizado abre diversas possibilidades de pesquisa relacionadas à militarização de escolas no Brasil: 1) difusão dos programas de militarização entre estados e municípios por meio de articulações federativas verticais e horizontais mediadas por autoridades e OSCs; 2) suas formas de organização administrativa e financiamento; e 3) seus impactos nos indicadores educacionais.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. F.; Santos, C. A.; Bordin, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 41-60, 2023.
- Alves, M. F.; Toschi, M. S.; Ferreira, N. S. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 23, p. 271-287, 2018.
- Brito, E. P.; Rezende, M. P. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 844-863, 2019.
- Santos, C. A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação & Sociedade**, v. 42, e244370, 2021.
- Santos, E. J. **Militarização de escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. Diss. (Mestrado em Educação). Goiânia: UFG, 2020.
- Saraiva, A. M.; Silva, A. J. Militarização escolar em Minas Gerais: tensões e retrocessos na relação entre educação e juventudes. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 103-123, 2023.
- Sena, H. C.; Klaus, V. Vulnerabilidade social e performatividade: motivações da escolha das escolas militarizadas no Maranhão. **Linhas Críticas**, v. 29, e45897, 2023.
- Veiga, C. H. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. Diss. (Mestrado em Educação). Seropédica, RJ: UFRRJ, 2020.